

ARTIGO

LEANDRO TOCANTINS E A  
AMAZONOTROPICOLOGIA

Resumo

No presente ensaio teórico sobre a obra de Leandro Tocantins, a cultura e a política assumem um significado central na amazonotropiologia dentro do debate político que orientou o desenvolvimento regional e global do país. A cultura, assim como a política, revela a ação dinâmica do homem situado na história regional, nacional e universal e seus ajustes antrópicos na Amazônia. Os pressupostos dessa interpretação sócio-histórica da Amazônia e do Brasil levado a termo por Tocantins, é a compreensão de que o estudo da cultura torna possível irmos às raízes das tradições e atuação política dos povos da Amazônia.

Palavras chave:

Amazônia. Trópicos. Amazonotropiologia. Cultura. Antrópico.

Abstract

*In this paper about the work of Leandro Tocantins, culture and politics play a central meaning in amazonotropiologia in the political debate that has guided the regional and global development. Culture as well as politics reveals man's dynamic action within regional, national and world history and it's man-made adjustments in the Amazon. The assumptions of this socio-historical interpretation of the Amazon and Brazil, brought to term by Tocantins, is the realization that the study of culture makes it possible to go to the roots of traditions and political activity of the people of the Amazon.*

Keywords:

*Amazon. Tropics. Amazonotropiologia. Culture. Anthropic.*

\* \*\*Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFAM) e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM).

## *Introdução*

A proposta de uma ciência específica para o estudo do ajuste ecológico do homem ao trópico úmido, formulada por Leandro Tocantins, deve ser compreendida a partir da influência exercida pelo pensamento de Gilberto Freyre sobre seu pensamento.

Afastando-se dos métodos propostos por Spencer, Durkheim, Le Play e das teorias raciológicas de Gobineau até então empregados para decifrar a realidade brasileira, Gilberto Freyre abre novas possibilidades para a interpretação social do país. O itinerário intelectual de Freyre possibilitou acesso a novas propostas de compreensão do homem e da sociedade, assim como também de manifestações estéticas nos diversos campos da arte. Nas universidades dos Estados Unidos Freyre teve contato com o antropólogo Franz Boas, o sociólogo Giddings, o jurista John Bassett Moore, o economista Selignan; nos Estados Unidos e na Inglaterra, ouviu lições do jurista Alfred Zimmern, mestre em Oxford. Para além dessa herança acadêmica, participou, na América do Norte e na Europa, de rodas literárias e científicas frequentadas pelo filósofo John Dewey, os poetas William Butler Yates, Vachel Lindsay, Amy Lowell, os críticos Menken e Carl Van Doren, o poeta Tagore. Na Europa, conviveu com modernistas e intelectuais da Action Française de Murras e Daudet, com George Sorel e seguidores de Mistral. Essa larga experiência permitira, a ele, lançar um olhar inovador sobre as raízes culturais mais profundas da sua condição brasileira, regional e moderna.

Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência sociais, de herança cultural e de meio (FREYRE, 1992; p. 47-48).

A civilização moderna que emerge no espaço tropical resultado do ajuste plástico entre negros, índios e brancos não se organiza em termos socioculturais da mesma forma que a civilização norte-americana e europeia. Essa civilização com gosto de África, Europa e pitadas de tupi-guarani não se deixa interpretar pela simples aplicação de métodos sociológicos já consagrados em pesquisas ou definidos em teorias. A nova realidade social, situada nos trópicos, requer uma renovação de métodos através da capacidade do pesquisador projetar alguma coisa de si próprio e da sua situação regional na investigação, isto é, ele deve mobilizar os campos da reflexão – ecologia, sociologia, antropologia, história, filosofia e a arte em geral – a fim de compreender a experiência viva e dramática do homem situado nos trópicos.

A necessidade de compreender essa nova civilização mestiça e tropical implicava na necessidade de desenvolver métodos e teorias para além dos modelos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa.

[...] Não venho, de modo algum, como Antropólogo-Sociólogo, aplicando ao Brasil teorias, fórmulas e métodos já consagrados ou estabelecidos em outros países; e sim procurando retirar dessas teorias e desses métodos sugestões para novas tentativas de relacionamento de teorias – inclusive de teorias desenvolvidas por sociólogos europeus e anglo-americanos – com situações condicionadas pelo que me vem parecendo ser uma situação da especificidade brasileira dentro de uma mais ampla em sua especialidade: a hispanotropical. Especificamente brasileiro no tempo e especificamente brasileiro no espaço sem que essa especificidade exclua afinidades com várias outras situações: principalmente com as hispanotropicals (FREYRE, 1968, p. 52, grifo nosso).

A experiência histórico-social do homem no meio tropical é interpretada por Gilberto Freyre como um processo de equilíbrio de antagonismos – *Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Ordem e Progresso*, senhor e escravo, católico e herege. Isto exige uma renovação dos métodos sociológicos forjada em outro contexto, sendo insuficiente aquele instrumental criado para dar conta das realidades europeia e norte-americana. Os trabalhos de Freyre buscam tanto a construção dos instrumentos analíticos novos como uma nova interpretação da história social brasileira. Este procedimento resulta num grande salto, que marcará profundamente a reflexão sobre o social.

### *Tropicologia e Amazonotropicalologia*

Por meio do estudo do processo de colonização luso e hispânico nos trópicos, americano, africano e asiático, Gilberto Freyre sugeriu a definição de um tipo de ciência social auxiliar, parte de uma tropicologia geral ainda a sistematizar-se, da qual a luso-tropicologia seria especialidade ainda restrita para objetivar o estudo da transformação dos sistemas e valores portugueses de vida, trabalho e comportamento no Brasil e no mundo.

A proposta de uma luso-tropicologia formulada por Gilberto Freyre, para interpretação de nossas origens, possibilitou uma nova visão da experiência do homem no trópico. Seguindo as sugestões de Freyre, Tocantins propôs uma amazonotropicalologia. Sua intenção consiste em interpretar a Amazônia através do critério não só regional e ecológico como também transregional. Esta amazonotropicalologia seria um ramo da luso-tropicologia e da hispano-tropicalologia sugerida por Freyre em suas obras.

A preocupação de Leandro Tocantins com os problemas decorrentes da diversidade regional brasileira e suas implicações culturais, indica a adesão à proposta de estudo do sociólogo pernambucano que toma a realidade brasileira como uma constelação de Brasis, isto é, um Brasil uno e ao mesmo tempo diverso, sintetizado em Brasis, Brasil o arquipélago cultural brasileiro. Nesse conjunto, a Amazônia é uma das ilhas do vasto arquipélago cultural brasileiro, uma ilha ao mesmo tempo ecológica e sociológica exigindo uma compreensão ajustada aos critérios de interpretação luso-tropicalista formulada pelo pensador pernambucano. A vida na Amazônia alcançou aquele equilíbrio que caracteriza a interdependência plástica entre a região e as instituições sociais, entre a ecologia e o homem. Exigindo dos campos de conhecimento, pesquisas, estudos, experimentos, dentro de critérios socioecológicos e antropológicos, baseado na organização social e no meio físico tropical, não bastam simples transposições de métodos, de teorias e de técnicas desenvolvidas em regiões temperadas. É preciso redefini-las diante das condições socioecológicas regionais.

Em conferência que pronunciei na Casa do Estudante do Brasil, a 27 de maio de 1968, no curso sobre problemática amazônica, lembrei – lançando pioneiramente a idéia – a necessidade de um esforço brasileiro para a criação de novo campo de estudos: a amazonotropologia, em que fossem incluídos os problemas globais da área, com objetivo científico de aplicar esses conhecimentos em proveito do próprio meio, e de acordo com as necessidades regionais. Uma amazonotropologia que seria desdobramento da luso-tropologia recomendada pelo Professor Gilberto Freyre, pois a Amazônia é um trópico singular, sem símile no mundo todo. Os instrumentos hábeis para esse trabalho científico são o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Museu Goeldi, Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrícola da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas que, em ação conjugada, poderiam desenvolver atividades regionalmente orgânicas, captando em suas investigações científicas todos os valores da natureza e do homem, para sistematizá-los e aplicá-los em proveito de uma cultura sempre a serviço da espécie humana. Sem, contudo, encastelar-se num amazonocentrismo perigoso. Ao contrário, assimilar culturas técnicas, experimentações, como aconteceu na simbiose luso e trópico, num processo biosocial de adaptação de valores extra-amazônicos ou fusão desses valores com os regionais (TOCANTINS, 1969, p. 48).

O projeto de um novo campo do saber não é tarefa de um homem isolado. Em sua visão a Universidade do Amazonas e do Pará deveriam promover seminários capazes de envolver a contribuição de diversas áreas do conhecimento para formar uma imagem a mais precisa possível da realidade socioecológica da Amazônia. O exemplo está sendo dado pela Universidade de Pernambuco com seu seminário de tropicologia brasileira e nordestina, e como explica seu coordenador, professor Gilberto Freyre, trata-se de um seminário de composição heterogênea dos diversos campos do conhecimento e dos saberes tradicionais, os quais guardam segredos so-

bre as coisas mais profundas da região. Desta forma, conjugar-se-iam esforços para decifrar a Amazônia profunda em suas múltiplas dimensões – física, antropológica, cultural, social, econômica, histórica, biológica – e outras não citadas a serem sistematizadas na ciência dos trópicos úmidos, a amazonotropologia.

Para Tocantins, um exemplo claro dessa nova mentalidade em formação encontrava-se no grupo de estudo amazônico liderado pelo professor Djalma Batista, com sua vocação de médico tropicalista alongando-se numa sociologia da medicina. Seguem outros exemplos como Ernesto Cruz, que revela através da pesquisa histórica fatos essenciais para a compreensão regional; Mário Ypiranga Monteiro, pesquisador e intérprete do folclore regional; Armando Mendes, descortinando novos horizontes para o estudo e aplicação de uma economia ecologicamente amazônica; Amílcar Tapiassú, preocupado com os problemas demográficos; Nunes Pereira, desvendando as populações indígenas com suas etnografias e etnologias (TOCANTINS, 1971; 192). Não podemos esquecer que esse espírito amazonotropicalista já vem se expressando na esfera literária desde *Simá*, considerado por muitos o primeiro romance amazônico; em *A Selva*, de Ferreira de Castro; nos romances de Dalcídio Jurandir e de Paulo Jacob; espírito presente também na poesia de Álvaro Maia e Elson Farias. Toda essa criatividade se reveste de uma amazonotropologia inspirada nas condições físicas, biológicas, sociais e antropológicas da região, cultura dinâmica que nos ata ao moderno. Entre todos esses nomes citados, Tocantins reserva distinção especial no processo de construção da amazonotropologia a Araújo Lima e a Arthur Cezar Ferreira Reis.

Justamente no Amazonas surgiram os dois grandes e modernos intérpretes da Amazônia, por ordem cronológica: o médico Araújo Lima, no livro *Amazônia – a terra e o homem*, e Arthur Cezar Ferreira Reis que apresenta em nossos dias uma obra notabilíssima, tanto na essência histórico-social como na quantidade quase espantosa de títulos. O Professor Arthur Reis adiantou-se aos também notáveis trabalhos de História de Manuel Barata e Arthur Viana, porque lhes acrescentou o sentido moderno, humanístico, de interpretação do fato histórico, sem esquecer a sua correlação com o fato social e ao fato econômico (TOCANTINS, 1969, p. 49).

Não resta dúvida para ele que *Amazônia, a terra e o homem*, de Araújo Lima, é um livro indispensável para a compreensão dos processos sociais na região; o caráter inovador da obra reside em sua refutação peremptória de todo o determinismo geográfico, étnico e racial em favor da compreensão de que o homem é o responsável pela sua história; neste sentido o atraso no qual a região se encontrava era resultado da ação do homem e não do clima ou do componente indígena da sociedade local. Da mesma forma compreende a extensa contribuição, do professor Arthur Cezar

Ferreira Reis, aos estudos da Amazônia em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais com destaque para os livros *A conquista espiritual da Amazônia* (1943), *O seringueiro e o seringueiro* (1953), *A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo* (1957) e *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960). Vale salientar que, para Tocantins, os 29 livros lançados por Arthur Reis até o ano de 1969 traduzem uma das sínteses mais acabadas sobre a história social da região, permitindo visualizar aspectos importantes da tradição, da cultura e da identidade regional. Produção que o coloca ao lado de Araújo Lima como precursor da amazonotropologia proposta por Tocantins.

A Amazonotropologia assinala uma ruptura com o espírito de aventura que presidiu o processo de colonização e definiu o ritmo dos ciclos econômicos fundado no extrativismo. Os estudos promovidos pela amazonotropologia devem possuir como meta elaborar um estatuto científico para subsidiar o desenvolvimento regional com equilíbrio social e ecológico.

Que se faça um esforço de pesquisa, de estudo e experimentação, como ponto de partida para a formulação de um estatuto da Amazônia, através do qual fosse avaliada a riqueza potencial da Amazônia e escolhido o caminho a trilhar no sentido de seu aproveitamento racional. Esse estatuto transformar-se-ia em instrumento de revolução: inovação dos métodos de política administrativa, social e econômica, introduzindo novos valores a serem mesclados aos regionais, formalizando novas técnicas na administração, na medicina, na engenharia, na arquitetura, na higiene, na engenharia sanitária, no urbanismo, na culinária, no vestuário, no paisagismo (TOCANTINS, 1973, p. 389).

O desenvolvimento regional assentado na moderna ciência dos trópicos não implica no abandono dos valores tradicionais e de suas manifestações culturais regionais. Ao contrário, amazonotropologia deve, por meio da pesquisa, preservá-los, como sinal característico da identidade regional e como fonte de inspiração para artistas, poetas, escritores, arquitetos e cientistas. Os valores tradicionais guardam em si um ajuste sociocultural com o meio ecológico tropical que deve ser preservado face às mudanças (TOCANTINS, 1971, p. 195).

Encontramos na Amazônia símbolos culturais perfeitamente válidos e ajustados ao meio ambiente, resultantes do processo histórico de organização da vida social, política, cultural e econômica em torno de portugueses e indígenas, e, em menor grau, negros. Valores certamente adaptáveis aos novos tempos.

Daí por que venho, há tempo, insistindo na criação de uma arquitetura amazônica, ecologicamente amazônica, assustado com a proliferação, em Belém e Manaus, e outras cidades do vale, de casas inadaptáveis ao clima tropical, verdadeiras arrogâncias do mau senso, a causarem problemas de higiene, de saúde, de bem-estar, nem sempre percebidos pelos moradores ou proprietários, muito anchos em desfrutar uma casa moderna ou funcional, como erroneamente julgam, porque o moderno nem sempre se casa com o funcional, e

nem o funcional se expressa daquela maneira no clima quente e úmido do equador. Casas que seus orgulhosos proprietários denominam de funcional, poderá sê-lo nos países frios e temperados e nunca na Amazônia tropical, que repudia placas de cimento armado, vastas superfícies de vidro ocupando espaços, onde, normalmente, devia haver abertura para a circulação de ar. O que resulta numa atmosfera interior sufocante, viciada, anti-higiênica (TOCANTINS, 1973, p. 290).

Implícito nos argumentos acima está a tese defendida de que na arquitetura colonial brasileira – resultante de um processo de adaptação de valores lusos aos trópicos durante vários séculos – já se encontravam, em potencial, soluções modernas adequadas ao clima e à ecologia. Não nos surpreende Tocantins acreditar que arquitetos brasileiros como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Severiano Mário Porto estão demonstrando como é possível construir edifícios totalmente modernos que conservam, ao mesmo tempo, aspectos tradicionais da arquitetura colonial brasileira (TOCANTINS, 1973; 285-302).

A amazonotropologia teria um papel fundamental de corrigir a simples transposição de estilos de vida estrangeiros, padrões técnicos de arquitetura, de agricultura e das demais áreas sem levar em consideração as condições socioculturais e ecológicas da região. Padrões técnicos desenvolvidos para o clima temperado e ajustados a eles não podem ser aplicados uniformemente em todos os espaços físicos e sociais. Devemos buscar inspiração para o desenvolvimento técnico e científico de padrões de desenvolvimento regional nas sugestões da paisagem, da história, dos valores culturais, do clima, do solo, da hidrografia, para constituírem técnicas e artes aplicáveis ao processo de produção e ao trabalho cotidiano. Desenvolvimento moderno sem esquecer a harmonização plástica com nossos valores tradicionais. Desta forma, a amazonotropologia nos forneceria um conjunto de técnicas aplicadas localmente, mas universalmente reconhecidas como modernas, pois se harmonizam com a natureza e os valores herdados de nosso passado colonial. Na Amazônia, o índio e o português predominantemente em confronto com a natureza produziram valores culturais que nos atam num extremo à tradição e no outro à modernidade. O centro de gravidade de todos os seus argumentos parece orbitar em torno da tese de que “o elo necessário entre tradição e modernidade é a cultura – veículo de transposição e de compreensão entre a essência do valor criado e sua transformação dinâmica e moderna em valor novo” (TOCANTINS, 1969, p. 13, grifo nosso).

Só podemos entender a cultura, no interior dessa tese, num sentido dinâmico. Aliás, essa forma de percepção da cultura, válida para o estímulo do espírito nacional em seus ímpetos de criatividade e de afirmação brasileira, o autor já encontrara como ideia-força nos movimentos de renovação literária, estética e até social. Daí a razão

de seu diálogo contínuo com o Regionalismo do Recife (1926) e o Modernismo de 1922. Nas teses desses dois movimentos, Tocantins verifica uma íntima conexão entre o tradicional e o moderno, ou melhor, a valorização do tradicional brasileiro dentro de uma forma de expressão e de intenção substancialmente modernas. Por outro lado, Tocantins não se omite em apontar os aspectos políticos do processo de modernização quando assinala a presença da Revolução de 1930, do desenvolvimentismo e atua decisivamente como agente transformador no exercício de suas funções públicas. Sempre à procura de aspectos singulares da cultura brasileira para solucionar os problemas de nossa estrutura política, social e econômica. Motivo pelo qual acrescentamos a política, ao lado da cultura, como elo entre o tradicional e o moderno na tese formulada por Tocantins.

[...] a cultura amazônica sobressai na congregação dos vários Brasis com expressão singular, ecologicamente singular, que precisa ser entendida sobretudo pelos poderes públicos, pois à ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização demográfica, social e econômica da Amazônia, desde que a Amazônia, o imenso deserto do Brasil, deve ser uma nova fronteira social e nunca individual. É o que, felizmente, se tornou uma filosofia de Estado, com objetivos definidos, a partir do Governo do Presidente Castelo Branco, que lançou a chamada Operação Amazônia, de modernização e inovação de métodos e da infra-estrutura administrativa dos órgãos operativos na região. E prosseguida pelo governo atual, graças à sensibilidade cívica e compreensão sócio-política do Ministro do Interior General Albuquerque Lima (TOCANTINS, 1971, p. 193).

É importante lembrarmos que a Operação Amazônia, lançada pelo Presidente Castelo Branco em fevereiro de 1966, se beneficiou das sucessivas políticas de integração da Amazônia postas em marcha com a institucionalização da SPVEA por Getúlio Vargas em 1953. No âmbito da proposta elaborada pelos militares, a SPVEA assumiu nova roupagem institucional transformada em SUDAM. Se recuperarmos as observações de Ianni, em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, notaremos que a modernização conservadora instituída pelos militares pós-64 é o desdobramento do debate político iniciado com a ruptura oligárquica de 1930. Debate que se expressou ao longo de três décadas em diversos projetos de modernização do país, propostos por grupos, classes sociais ou frações de classe em luta pela hegemonia.

As clivagens ideológicas orbitaram em torno de três modelos básicos de desenvolvimento em disputa: o modelo de desenvolvimento autônomo, o modelo de desenvolvimento associado e o modelo socialista. Tocantins orbitou entre o modelo de desenvolvimento autônomo e o modelo de desenvolvimento associado, atitude típica dos agentes oriundos dos setores agrários tradicionais e do extrativismo

do Norte. Não é sem sentido que para Octávio Ianni o modelo de modernização conservadora nasce da fusão de elementos daqueles dois modelos, conduzida pelas classes e frações descontentes com a política de massas que ampliava a participação da classe trabalhadora na esfera política e na divisão da riqueza nacional. Tocantins estava convencido de que a Operação Amazônia, face regional da modernização conservadora, seria o suporte necessário para tornar a Amazonotropologia a base científica de todo e qualquer empreendimento regional. Caberia a ela analisar e avaliar a viabilidade dos projetos de investimentos na Amazônia. Posição que se torna evidente ao reiterar as palavras proferidas por Arthur Cezar Ferreira Reis quando tomava posse da Presidência do Conselho Federal de Cultura.

[...] a Revolução Brasileira necessita da inteligência do país, com sua ação criadora e a consciência exata de que falsa é a premissa de construirmos o nosso futuro só apegado a idéias ilusórias de ajudas externas – o que também inclui certa despersonalização, adotando, sem a cautela de uma inteligente assimilação, o artifício do estrangeirismo: falsear o espírito nacional com novidades que não correspondem ao nosso modo de ser como povo e como nação (TOCANTINS, 1969, p. 19).

A cultura e a política assumem um significado central na amazonotropologia, na proporção em que Tocantins se fizera presente no debate político que orientou o desenvolvimento regional e global do país. A cultura, assim como a política, revela a ação dinâmica do homem situado na história regional, nacional e universal.

### *Considerações Finais*

Os pressupostos dessa interpretação sócio-histórica da Amazônia e do Brasil, levado a termo por Tocantins, é a compreensão de que o estudo da cultura torna possível irmos às raízes das tradições de nosso povo, auscultar suas tendências e qualidades duradouras. Sentir o processo de seu desenvolvimento histórico e social, para que a criação – seja na arte, na literatura, na política, na ciência, na tecnologia, na música, enfim, em todas as esferas da vida social – alcance um perfeito equilíbrio entre os valores tradicionais revelados no largo magistério da história e o sentido modernizante que o tempo presente indica como um processo em direção ao futuro.

Uma inteligente fusão de experiência brasileira com experiências universais, sempre levando em conta o rico acervo de nossa cultura, pois ela guarda um amplo sentido histórico, sociológico, antropológico e ecológico, resultado do processo de miscigenação e colonização da Amazônia e do Brasil, em outros termos, a construção de uma Amazônia brasileira.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Gilberto Freyre e a invenção do Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- BARBOSA, Clovis (Editor). **Equador**. Manaus: Edições do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.
- BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e a formação da sociedade Brasileira**. 1986. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.
- BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.). **Vozes da Amazônia**: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Dennis (Orgs). **Intelectuais**: sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003.
- BATISTA, Djalma. **Amazônia**: cultura e sociedade. Manaus: Valer, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.
- NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. **Crônica de duas cidades**: Belém-Manaus. Belém: Secult, 2006.
- BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA – Fundo Editorial, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**: temas e situações. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Continente e ilha**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1943.
- \_\_\_\_\_. **Nordeste**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto regionalista**. 7ª. ed. Recife: FUNDAJ/Ed. Massagana, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- LIMA, Araújo. **Amazônia a terra e o homem**. 5ª. ed. Manaus: Edições do Governo do Amazonas, 2001.
- LIMA, L. Costa (Org). **Teorias da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.
- \_\_\_\_\_. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- PINTO, Renan Freitas. **Viagem das idéias**. Manaus: Valer, 2006.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Gráfica do Estado do Amazonas, 1967.
- TOCANTINS, Leandro. João Daniel e seu amazonotropicalismo. In: **Revista de Cultura do Pará**, Belém, Secretaria de Cultura, ano 7, n. 26 e 27, jan./jun. 1977.
- TOCANTINS, Leandro. **Amazonas, natureza, homem e tempo**: uma planificação ecológica da Amazônia. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Adolescência, a vigília dos olhos**. Belém: CEJUP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A memória de viver**. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Aventuras de Tizinho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Brasil**: alguns valores essenciais. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Estado do Acre**: geografia, história e sociedade. Rio de Janeiro. Philobiblion, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Vida, cultura e ação**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.